



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM

REQUERIMENTO N.º de 2016 **(Da Senhora Janete Capiberibe)**

Requer a realização de audiência pública para discutir a transferência de terras da União para o Estado Amapá.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, os seguintes convidados:

- Coordenador da Comissão Pastoral da Terra, Sr. Padre Sisto Magro;
- Secretário do Instituto do Meio Ambiente do Amapá, Sr. Luiz Henrique;
- Coordenadora Geral de Regularização de Território Quilombolas do INCRA;
- Coordenadora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Dra. Deborah Macedo Duprat;
- Secretário de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Sr. Sérgio Lopes,
- Articulação Nacional da Comunidade Tradicional – Quilombolas, Sra. Ana Rita Picanço da Silva.

JUSTIFICAÇÃO

A transferência das terras da União ao Estado do Amapá é necessária e urgente, mas inapropriada sem que sejam sanadas com urgência pendências como: - casos de grilagem com documentos obtidos de forma fraudulenta, em áreas superiores ao permitido pelo programa Terra Legal, já denunciados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Amapá; - ausência de georreferenciamento; - solução do conflito nas áreas disputadas pelo INCRA e IMAP no Arirambá, município de Tartarugalzinho; - retirar da transferência ao estado a Reserva Extrativista do Cajari e a o Lago Piratuba.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM

Segundo a CPT, em junho de 2015, o presidente do IMAP alardeou que 400 mil hectares devem ser transferidos ao agronegócio pelo Governo do Estado, com títulos definitivos. Entre os beneficiários com grandes extensões de terras estão pretendentes que não são agricultores e não moram no Estado do Amapá.

O decreto 8.713, para a transferência das terras, foi assinado pela presidenta Dilma no dia 15 de Abril. Foi o suficiente para ações violentas e ilegais daqueles que tem títulos também ilegais emitidos pelo órgão de terras do estado, antes que as terras fossem transferidas e sem sequer os portadores dos títulos ocuparem as áreas das quais alegam ser donos.

Nas comunidades de Caldeirão e do Paredão, dezenas de famílias estão impedidas de pescar e praticar atividades de subsistência pela Eletronorte e um rico grileiro que se apossou de terras de marinha. Usam a polícia para aterrorizar as famílias.

Na comunidade do Barro, município de Ferreira Gomes, estranhos invadem lotes dos agricultores à noite para marcar pontos com o GPS. Um invasor foi pego, mas se recusou a dizer para quem trabalhava. Foi formalizada denúncia na justiça local.

O estado do Amapá abriga mais de uma centena de Comunidades quilombolas, apenas 3 delas tituladas, outras cinco em fase final de titulação, 33 em processo de titulação e o restante em fase de auto reconhecimento. São sistematicamente ameaçadas por grileiros.

Dia 05 de Maio, o Fórum de Acompanhamento de Conflitos Agrários e Desenvolvimento foi ao Ministério Público contestar a transferência das terras da União para o Estado.

A transferência das terras, aliada às práticas nefastas do crime da grilagem e ao baixo esclarecimento das comunidades provoca insegurança fundiária e social, agressão à cultura e às tradições locais. A população local não pode ser submetida a tal situação de instabilidade.

É preciso respeito à população amapaense.

Pelos motivos expostos, propomos a realização da referida audiência com o objetivo de aclarar os parâmetros legais do decreto de transferência, bem como assegurar a permanência na terra das populações tradicionais e dos ocupantes de boa fé que se ocupam efetivamente da agricultura familiar, conforme determina a legislação.

Solicito aos nobres pares a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de Maio de 2016.

Deputada **Janete Capiberibe**
PSB/AP